

Fato ou fake? Por um “VAR” em sabatinas e debates presidenciais ¹

Rodrigo Pelegrini RATIER²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O presente texto de caráter ensaístico³ apresenta e discute a pertinência de um serviço de *fact-checking* em tempo real para sabatinas e debates televisivos em eleições presidenciais. Experiências de checagem de fatos ao vivo já existem, mas não no mesmo tempo e espaço em que se desenrola o relato jornalístico. O alcance do desmentido, assim, é costumeiramente inferior ao espalhamento da desinformação. A ideia aqui delineada é a seguinte: seria possível pensar em um gênero jornalístico que, ao modo do árbitro assistente de vídeo (VAR) nas partidas de futebol, seja capaz de incidir na própria construção do fato a ser noticiado, de modo a evidenciar mentiras e cobrar explicações? Reconhecendo-se os desafios das experiências pregressas, o ensaio defende a iniciativa aponta as questões conjunturais, discursivas, econômicas e organizacionais de tal empreitada.

PALAVRAS-CHAVE: fact-checking; debate político; gêneros jornalísticos; televisão.

INTRODUÇÃO

A hipótese de um VAR para entrevistas e debates televisivos de postulantes à presidência se justifica, por um lado, pela relevância de tais ocorrências para o processo eleitoral; de outro, pelo evidente esgotamento dos modelos hoje vigentes. Primeiro, a relevância. Ainda que o meio TV registre alcance declinante nos últimos anos (NEWMAN et al., 2023), sabatinas e debates presidenciais ainda atraem robusto interesse.

A título de exemplo, a entrevista ao Jornal Nacional dos líderes da disputa presidencial de 2022, Jair Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva, marcaram, respectivamente, 33 e 31,9 pontos de audiência, o equivalente a 50% e 46% dos televisores ligados no país (PADIGLIONE, 2022; FELTRIN, 2022)⁴. De uma perspectiva

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Gêneros Jornalísticos do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Professor do curso de jornalismo da ECA-USP, doutor em Educação pela FEUSP, email: rratier@usp.br.

³ Esta produção se inspira em parte no artigo “É possível um modelo de entrevistas para pegar mentirosos amorais?”, publicado no 1º número do volume 6 da Revista Rosa em 26/9/2022.

⁴ Conforme Padiglione (2022), a sabatina ao então presidente Bolsonaro representou a maior audiência do Jornal Nacional até o momento naquele ano.

transmidiática (JENKINS, 2006), 2006), as entrevistas rendem, ainda, repercussão na mídia tradicional escrita e eletrônica, além de uma infinidade de cortes editados com intenções eleitorais de ambas as partes nas plataformas sociais.

O DEBATE POLÍTICO TELEVISIVO COMO GÊNERO

Em termos de teoria do jornalismo, a discussão diz respeito à temática dos gêneros jornalísticos. Um gênero textual não é apenas um “formato” ou conjunto de marcas discursivas. Antes, estabelece um horizonte de expectativas tanto para quem o produz quanto para quem o recebe. Nesse sentido, os gêneros jornalísticos ora considerados, sejam eles debates ou entrevistas, partem do contrato básico do compromisso possível com a verdade factual.

No entanto, como observou no Twitter Wilson Gomes, professor titular de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a respeito da sabatina de Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional, “Impossível constranger ou fazer assumir pecados e contradições um candidato amoral”⁵. Isso apesar do evidente esforço dos entrevistadores: “[William] Bonner foi direto no queixo, Renata [Vasconcelos] mostrou todas as contradições”. Nem mesmo a mobilização de todo o ferramental destinado à construção do gênero – atitude do entrevistador (ceticismo ou crença, hostilidade ou simpatia, desconfiança ou confiança), capacidade de influenciar o tom geral da entrevista, comportamentos verbais usados para “manter os entrevistados na linha”, a interrupções de raciocínio, insistência, mudança de assunto e correções (GOMES, 2013) – foi suficiente para que se cumprisse o horizonte de expectativas do gênero entrevista.

O mesmo se pode dizer sobre os debates televisivos. Em *Sobre a Televisão*, Bourdieu (1997) recorre a Platão para estabelecer uma ligação negativa entre a urgência e o pensamento ao dizer que “na urgência, não se pode pensar” (BOURDIEU, 1997, p. 39). Reconhecendo o caráter aristocrático da afirmação, o sociólogo francês questiona se a televisão, “ao dar a palavra a pensadores que supostamente pensam em velocidade acelerada, não está condenada a ter apenas *fast-thinkers*, pensadores que pensam mais rápido que sua sombra” (BOURDIEU, 1997, p. 40).

A suposta habilidade teria caráter farsesco, uma vez que a rapidez estaria diretamente relacionada a um discurso de *fast-food* cultural ou “ideias feitas”, “ideias

⁵ <https://twitter.com/willgomes/status/1561876081728266241>

aceitas por todo mundo, banais, convencionais, comuns, (...) ideias que quando as aceitamos, já estão aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca” (BOURDIEU, 1997, p. 40). Em nosso entendimento, pode-se abrigar os debates políticos debaixo do conjunto de gêneros direcionados para o fast thinking. Com a veloz sequência de respostas, réplicas e tréplicas muitas vezes em alternância de tempos inferior a 1 minuto, com a profusão de debatedores – caso dos debates de 1º turno – e o engessamento das regras de direcionamento de perguntas e de uso do total de tempo, os debates parecem ter pouco a oferecer em termos de esclarecimento para a tomada de decisão quanto ao voto. Sem a possibilidade estrutural de um contraditório amparado no recurso factual, podem ser, como tem sido, espaço para a veiculação de variados tipos de desinformação, posteriormente instrumentalizados nas redes sociais e no horário eleitoral ao serem veiculados na forma de “cortes” da produção original.

Dito de outra forma, o gênero debate político televisivo está, na maioria dos formatos disponíveis, disponível à fabulação, pois os protocolos e procedimentos jornalísticos e seus mecanismos linguísticos não têm sido suficientes para barrar mentirosos. A entrada em cena no centro da esfera pública de atores com escasso compromisso com a factualidade representa um desafio maiúsculo às práticas jornalísticas canônicas (RATIER, 2022).

O DINAMISMO DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

A esse respeito, é cabível lembrar a plasticidade dos gêneros jornalísticos e suas espécies ou tipos. Com efeito, o retorno dos gêneros à agenda acadêmica (ASSIS, 2020, p. 251) se deve, em boa medida, à expansão da internet e das novas mídias que implicaram em revisões da forma de expressão jornalística (BERTOCCHI, 2010, p. 315-316). Segundo Assis (2020), o novo impulso foi também tributário de aspectos epistemológicos, a saber: “a incompletude das taxionomias estabelecidas, as ramificações do jornalismo em especialidades cada vez mais ‘recortadas’ e até mesmo a ausência de panoramas mais claros e completos que sustentam as classificações” (ASSIS, 2020, p. 251).

Como regra, a literatura registra a homologia entre os contextos sociohistóricos e os processos de criação, destruição e metamorfoseamento dos gêneros jornalísticos. Para Marques de Melo (1985), “se os gêneros são determinados pelo ‘estilo’, e se este depende da relação dialógica que o jornalista deve manter com seu público, apreendendo seus

modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas), é evidente que a sua classificação se restringe a universos culturais delimitados” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 33). Já Chaparro (2008) ilumina a dimensão sociotécnica, sublinhando a possibilidade de que cada uma dessas espécies conquiste predominância em algumas épocas ou circunstâncias, adquirindo maior ou menor eficácia face ao surgimento de novas tecnologias. Salaverria e Negrodo (2008) falam em hibridação, Bertocchi (2010) em fusão de espécies, Ramos (2016) em criouliização das linguagens. À guisa de resumo, Medina (2020) relaciona o número e a natureza dos gêneros à complexidade e à diversidade da sociedade – um mesmo tipo pode ser um gênero num contexto, subgênero noutro e supragênero num terceiro. Em síntese:

Concluimos que os gêneros são determinados pelo modo de produção jornalística e por manifestações culturais de cada sociedade. Determinar uma classificação universal é impossível, uma vez que estão sempre em mudanças; o que se pode fazer é adaptá-la da melhor forma possível para cada sociedade. (MEDINA, 2020, p. 261).

Um contexto global de desinstitucionalização, desordem informacional e a consolidação estrutural no ecossistema informativo de variadas formas de fake news e desinformação leva o jornalismo a uma situação de perda do monopólio do relato sobre o real, provocando a discussão acerca de alternativas para enfrentar o novo cenário. A emergência do fact-checking como um gênero jornalístico “destacado” do conjunto de procedimentos ritualizados pela profissão (extrapolando os protocolos de checagem postos em marcha durante e após a apuração) pode ser entendido nesse chave interpretativa.

Fact-checking é um anglicismo difícil de traduzir para o português. Não é só checagem de fatos. Não é apenas checagem de dados. Não é só verificação do discurso. É tudo isso junto e misturado – de preferência ao vivo, e quase sempre enfrentando o ódio de algum tipo de militância. É a análise não só de frases, como também de fotos, vídeos, áudios, memes, infográficos... (TARDÁGUILA, 2021, p. 35).

Pioneira da checagem de fatos no país, a jornalista Cristina Tardáguila relata que a leitura de *Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism*, de Lucas Graves (2016), foi fundamental para a criação de Preto no Branco, blog abrigado no site do jornal O Globo e tido como o primeiro serviço de fact-checking do Brasil. A autora destaca que a prática, definida por Graves como um estilo jornalístico

que busca revitalizar a tradicional busca pela verdade, obrigando as figuras públicas a serem responsáveis por aquilo que dizem, não havia chegado ao Brasil até 2014. Nos Estados Unidos já havia pelo menos três grandes potências no setor – FactCheck.org, PolitiFact e The Washington Post Fact Checker –, que amplificavam uma prática presente, ainda que em menor medida, muito antes da popularização das redes sociais. Graves relata que, em 1992, mais da metade dos grandes jornais norte-americanos havia checado conteúdos de campanhas eleitorais. Ao longo da última década, a prática cresceu a ponto de se tornar um fenômeno global (STEENSEN; KALSNES; WESTLUND, 2023, p. 2)

Tardáguila distingue a atividade da checagem editorial, parte do conjunto de procedimentos jornalísticos para garantir qualidade à apuração. Fact-checking, por outro lado, seria “feito para fora – para o grande público saber onde há um dado incorreto” (TARDÁGUILA, 2021, p. 35), com base em uma metodologia própria, que em linhas gerais consiste em ouvir afirmações veiculadas por políticos e seus apoiadores, contrastá-las com o conteúdo de bases públicas de dados e, em seguida, etiquetá-las como “verdadeiras” ou “falsas” (TARDÁGUILA, 2021, p. 37). Eis aí também resumidamente algumas das marcas discursivas do fact-checking, formato que, defendemos, pode ser abrigado sob o guarda-chuva do gênero informativo na “nova classificação” de Marques de Melo (2020, p. 207). Se preferirmos a classificação de Chaparro (2020, p. 242), o fact-checking surge como espécie narrativa, sob a rubrica do gênero relato.

A autora avalia que não é simples a tarefa de analisar o grau de veracidade de um conteúdo. Ao conhecimento técnico soma-se o desafio ético, em que a principal questão é definir o que checar – devem-se excluir opiniões e focar-se em afirmações, e apoiar-se no método e em estratégias de transparência para minorar as escolhas guiadas pela subjetividade dos checadores. Steensen, Kalsnes e Westlund (2023) apontam, ainda, que a checagem de fatos se apoia em uma visão positivistas que entende os fatos como não ambíguos e não abertos a interpretações (STEENSEN; KALSNES; WESTLUND, 2023, p. 5). Analisando o fact-checking como um gênero jornalístico, os autores pontuam que, diferentemente de outras práticas do jornalismo, a checagem de fatos ambiciona tirar conclusões, não podendo utilizar das mesmas estratégias discursivas mobilizadas para relativizar afirmações em outros gêneros.

De modo geral, a literatura registra efeitos positivos da checagem de fatos em relação ao combate à desinformação. Lim (2018) estimou em 9,5% a probabilidade de

um político repetir em campanha uma frase etiquetada como “falsa”. Porter e Wood (2021) relataram redução de crenças falsas em quatro países, classificando o fact-checking como “ferramenta fundamental” contra a desinformação. Tendo o contexto italiano como foco, Mattozzi, Nocito e Sobbrío (2023) apontam que políticos dizem menos mentiras depois de serem checados – mas que também são desencorajados a fazer afirmações checáveis, aumentando a ambiguidade de suas falas.

FACT-CHECKING AO VIVO

Tendo em tela o fact-checking político, Steensen, Kalsnes e Westlund (2023) mencionam o “esforço epistêmico” da prática, indicando o grau de investimento de tempo e esforço por parte dos jornalistas para produzir suas afirmações. Os autores posicionam o fact-checking no polo oposto ao do noticiário quente (*breaking news*) em termos de esforço epistêmico, uma vez que o noticiário político tradicional envolve baixo investimento de tempo e recurso para sua produção e uma noção de objetividade entendida como equilíbrio – o jogo de versões “ele disse/ela disse” (o “outro lado”) sendo a norma padrão da construção discursiva. Os autores, então, se questionam o que ocorre com o “vão epistemológico” entre os dois polos quando o fact-checking precisa se adaptar à lógica do noticiário em tempo real. “A que ponto [o fact-checking] consegue produzir checagens críticas e críveis quando a variável tempo é essencial?” (STEENSEN; KALSNES; WESTLUND, 2023, p. 2).

Os autores apontam que a maioria das experiências de fact-checking ao vivo não se concentram na checagem inédita, mas na indicação da falsidade de informações que por ventura apareçam nos debates e que já tenham sido previamente checadas (STEENSEN; KALSNES; WESTLUND, 2023, p. 2). A medida, que se configura como uma republicação de checagens, seria uma das estratégias de evitar a pressão epistêmica criada pelo imediatismo da checagem ao vivo. Entretanto, o caso analisado pelos autores – o do site norueguês de checagem Faktisk, inclui checagem original, publicada no perfil da agência no Twitter.

Na avaliação da checagem em três debates que precederam as eleições parlamentares norueguesas, os autores descrevem as duas fases do processo, a preparação (briefing, discussão com a equipe dos tópicos do debate e as respostas esperadas, preparação de planilha com temas e checagens já realizadas) e a etapa ao vivo (com a

identificação das afirmações dos debatedores e a produção de checagens). Alguns achados:

- Ao longo dos três debates, apenas 24,2% das afirmações foram checadas;
- Cerca de metade das afirmações checadas eram do tipo descritiva, baseadas em afirmações sobre fatos verificáveis (os outros dois tipos de afirmações, menos prevalentes na “tipologia das afirmações” usada pelos autores, são interpretações – relativas à contextualização dos fatos – e as avaliações – que dizem respeito a juízos de valor sobre os fatos);
- Quanto aos resultados da checagem, 63,6% (n=35) confirmaram as afirmações, 32,7% (n=18) forneceram contexto adicional e somente 3,6% (n=2) apresentaram correções;
- As fontes utilizadas para a checagem incluíram predominantemente agências produtoras de estatísticas e entidades governamentais. Veículos do jornalismo de referência também foram usados, mas em menor quantidade;
- As estratégias de redução do “vão epistêmico” entre o fact-checking e o noticiário ao vivo incluíram, além do já mencionado uso do material pré-preparado, um fluxo de trabalho simplificado (com a equipe trabalhando em planilhas colaborativas e com tarefas pré-definidas) e a redução da complexidade (notabilizando-se a preferência pela checagem de afirmações descritivas, menos abertas a interpretações e com graus mais altos de fatos consensuais)

Como conclusão, os autores afirmam que o fact-checking ao vivo atua no sentido de uma epistemologia confirmativa, referendando tanto o conhecimento já socialmente consensuado como verdadeiro quanto o uso de fontes hegemônicas e elitistas no que se refere ao que se considera informação importante e confiável (STEENSEN; KALSNES; WESTLUND, 2023, p. 16)

DESENHANDO O FACT-CHECKING COMO “ÁRBITRO DE VÍDEO”

“Novo giro em torno da questão central: pode-se conjecturar acerca de uma mestiçagem de tal ordem que dê origem a um gênero ‘antimentira?’” (RATIER, 2022). Uma iniciativa de tal envergadura precisa considerar uma multiplicidade de fatores de diferentes ordens. Em termos **conjunturais**, faz-se necessário um robusto acervo de

desmentidos, que esteja à mão para que o “VAR” de entrevistas e debates possa ser acionado com agilidade. Parcela relevante de desinformação propagada por atores políticos é “requeitada” e já foi anteriormente desmentida por agências de checagem fidedignas.

Considera-se, porém, que a figura em questão já esteja sob escrutínio público há algum tempo, razão pela qual as campanhas presidenciais se afiguram como mais promissoras para a presença de um acervo de desmentidos. É preciso considerar numerosas características **organizacionais**, que dizem respeito ao tamanho da equipe de retaguarda, à experiência dos profissionais encarregados da tarefa, à sua familiaridade com as práticas consagradas de checagem de fatos – que além de um procedimento jornalístico clássico também pode ser entendido como um gênero à parte – e a um trabalho prévio de preparação sobre cada um dos candidatos em termos de forma e conteúdo.

É de se esperar que tais iniciativas incidam sobre aspectos **econômicos**, requerendo recursos suficientes para a estruturação sólida de tal operação.

Por fim, a preocupação com o formato propriamente dito e com as características **discursivas** do novo gênero. Tal como o “VAR” nas transmissões esportivas, é preciso discutir como se daria a comunicação entre entrevistador/mediador e a equipe de checagem na retaguarda, por quais maneiras o público seria informado de que haveria uma declaração em checagem, quais os rótulos possíveis para as declarações, como se dariam as interrupções e que tipo de réplica seria oferecida ao entrevistado/debatedor.

CONCLUSÃO

O presente ensaio procurou desenhar alguns dos aspectos a serem considerados no desenvolvimento de um serviço de fact-checking ao vivo para debates presidenciais, nos moldes do árbitro de vídeo já incorporado às partidas de futebol e às transmissões esportivas. A construção e a operacionalização de um gênero jornalístico dessa natureza envolve questões relativas às marcas discursivas do gênero, que vão das fontes da checagem ao tipo de afirmação checável, da opção por material pré-produzido ou checagem ao vivo, da rotulação da checagem e das formas de comunicação da checagem aos mediadores do debate – e da apresentação da oportunidade de réplica aos debatedores.

Procuramos demonstrar, ainda, a necessidade de esforços conjunturais, organizacionais e econômicos. São, a nosso ver, obstáculos relevantes, porém superáveis a partir de um esforço conjunto que envolva produtores de informação, acadêmicos e

representantes da sociedade interessados em pensar caminhos, por meio da renovação dos gêneros jornalísticos, para que o jornalismo siga buscando cumprir sua função de produzir relatos comprometidos com o real mesmo quando as circunstâncias sociotécnicas se apresentam tão desafiantes como ocorre na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Francisco de. 2000: os gêneros retornam à agenda acadêmica. In MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos: Estudos Fundamentais**. Rio de Janeiro/ São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2020.

BERTOCHI, Daniela. “Gêneros no ciberjornalismo”. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, Editora Metodista, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo: discurso em dois gêneros. In MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos: Estudos Fundamentais**. Rio de Janeiro/ São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2020.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d’aquém e d’além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus. 2008.

FELTRIN, Ricardo. Audiência de Lula e Bolsonaro no ‘JN’ fica acirrada: veja números. UOL Splash, 2022. Disponível em <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2022/08/25/com-sabatina-a-lula-jn-da-ibope-que-com-bolsonaro.htm#:~:text=Entre%2020h31%20e%2021h11%2C%20hor%C3%A1rio,O%20de%20Bolsonaro%2C%2037>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

GOMES, Wilson. Entrevistas com candidatos a presidente transmitidas ‘ao vivo’ em telejornais: o modelo teórico-metodológico da mediação jornalística. *Compolítica*, 2013, 2(2), p. 5-26.

GRAVES, Lucas. **Deciding what's true: The rise of political fact-checking in American journalism**. Nova York: Columbia University Press, 2016.

JENKINS, Henry. **Convergence Culture. Where old and new media collide**. Nova York e Londres: New York University Press, 2006.

LIM, Chloe. Can Fact-checking Prevent Politicians from Lying?. 2018. Disponível em: <<https://discuss.tp4.ir/uploads/default/original/2X/6/620e0f36b3d2898e3a4672aa572cb0c950448ed0.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MATTOZZI, Andrea; NOCITO, Samuel; SOBBRIO, Francesco. Politicians’ response to fact-checking: Evidence from a randomised experiment with a leading fact-checking company. *Voxeu Cepr*, 26 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://cepr.org/voxeu/columns/politicians-response-fact-checking-evidence-randomised-experiment-leading-fact>>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

MEDINA, Jorge Lellis Bonfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos: Estudos Fundamentais**. Rio de Janeiro/ São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2020.

NEWMAN, Nic et al. Digital News Report 2023. Oxford: Reuters Institute, 2023. Disponível em < <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

PADIGLIONE, Cristina. Bolsonaro: Sabatina rende maior audiência do ano no JN. F5, 2022. Disponível em < <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/cristina-padiglione/2022/08/sabatina-com-bolsonaro-rende-maior-audiencia-do-jn-no-ano.shtml>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

PORTER, Ethan; WOOD, Thomas J. The global effectiveness of fact-checking: Evidence from simultaneous experiments in Argentina, Nigeria, South Africa, and the United Kingdom. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 118, n. 37, p. e2104235118, 2021.

RAMOS, Daniela Oswald. **A expansão do jornalismo para o ambiente numérico**. Curitiba: Appris, 2016.

RATIER, Rodrigo Pelegri. É possível um modelo de entrevistas para pegar mentirosos amorais?. *Revista Rosa*, v. 6, p. 1-1, 2022. Disponível em < <https://revistarosa.com/6/entrevistas-para-pegar-mentirosos-amorais>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

SALAVERRIA, Ramón; NEGREDO, Samuel. **Periodismo integrado: convergencia de medios y reorganización de redacciones**. Barcelona: Sol90media, 2008.

STEENSEN, Steen; KALSNES, Bente; WESTLUND, Oscar. The limits of live fact-checking: Epistemological consequences of introducing a breaking news logic to political fact-checking. *New Media & Society*, p. 1-19, 2023.

TARDÁGUILA, Cristina. Desinformação/fact-checking. In: FEITH, R. et al. **Tempestade perfeita: sete visões da crise do jornalismo profissional**. Rio de Janeiro: História Real, 2021, p. 31-84.